

REGULAMENTAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL ENTRE JULHO DE 2016 A JUNHO DE 2021

Lucas Lindolfo Nascimento Cruz¹; Grasiely Facci Borges¹; Cristina da Silva Vieira Lacerda¹

1. Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB

INTRODUÇÃO

Em números absolutos o Brasil se consolidou como maior consumidor de agrotóxico mundial com um crescimento de consumo de 190% nos últimos 10 anos. Se por um lado a utilização dos agrotóxicos pode contribuir com melhora na *performance* agronômica, por outro pode causar danos à saúde humana tais como toxicidade fetal, doenças respiratórias, câncer e envenenamento e morte. O presente estudo tem por objetivo descrever a evolução da regulamentação de agrotóxicos no Brasil no período de julho de 2016 a junho de 2021.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo documental construído através da análise de publicações institucionais de órgãos de poder deliberativo e executivo. Foram considerados para a busca documentos de diretorias do colegiado do Ministério da Agricultura (MAPA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Foram consideradas as publicações datadas de 01 de julho de 2016 a 30 de junho de 2021. As buscas ocorreram utilizando a palavra chave *agrotóxico* no sítio de pesquisa de endereços eletrônicos oficiais dos órgãos citados. A pesquisa documental

foi realizada entre agosto e setembro de 2022. Os dados coletados foram armazenados e organizados em Microsoft Excel 2010 considerando a ordem cronológica e fonte.

RESULTADOS

Foram encontradas 72 publicações do MAPA, sendo que 69 foram referentes à liberação de 880 produtos técnicos, 966 produtos formulados e 238 agentes biológicos e uma instrução normativa. Quanto a ANVISA observou-se nove RDCs, sendo uma para a limitação do uso de um ingrediente ativo e três alteram os critérios quanto à análise e classificação toxicológica, análise de resíduos em alimentos e informações em embalagens (RDC n° 294/2019, RDC n° 295/2019, RDC n° 296/2019). Duas instruções normativas foram publicadas pelo IBAMA em relação aos critérios de avaliação toxicológica ambiental. .

CONCLUSÃO

Observou-se neste estudo um aumento expressivo da liberação de agrotóxicos, com maior pico entre os anos de 2019 a 202 expressando uma facilitação tanto do uso e comércio bem como o afrouxamento das regras de controle dos agrotóxicos. Novos estudos devem ser realizados para a compreensão da regulação de agrotóxicos no Estado Brasileiro.

Palavras-chave: Agroquímicos; Regulamentação Governamental; Saúde Pública